



DIAGNÓSTICO DO RAMO MINERAL

DESAFIOS PARA O SETOR



Sistema **OCB**
CNCOP - OCB - SESCOOP

DIAGNÓSTICO DO RAMO MINERAL

DESAFIOS PARA O SETOR

FICHA TÉCNICA

Sistema OCB – CNCOOP OCB SESCOOP

Presidente:

Márcio Lopes de Freitas

Superintendente:

Renato Nobile

Gerente-Geral da OCB:

Tânia Zanella

Gerente-Geral do SESCOOP:

Karla Tadeu Duarte de Oliveira

Setor de Autarquias Sul, Quadra 4,
Bloco “I” 70070-936 – Brasília-DF
Tel.: (61) 3217-2119 Fax: (61) 3217-2121
Home Page: www.brasilcooperativo.coop.br
E-mail: ocb@ocb.coop.br

Conselho Consultivo do Ramo Mineral

Coordenador Nacional:

Sérgio Pagnan

Realização

Sistema OCB – Gerência Técnica e Econômica

Coordenação

Clara Pedroso Maffia

Pesquisa

Flávia de Andrade Zerbinato Martins

Colaboradores

Adson Oliveira Borges de Sousa

Gabriela Afonso Prado

Tatiany dos Santos Fonseca

Coordenação de Comunicação

Daniela Lemke

Projeto Gráfico e Diagramação

Agência Duo Design, Brasília-DF

Brasília-DF, 9 de março de 2016

APRESENTAÇÃO

8

1. PALAVRA DO PRESIDENTE

- Agradecimento às Cooperativas

14

2. O COOPERATIVISMO NO BRASIL E NO MUNDO

23

3. O RAMO MINERAL

- História
- Principais números

DIAGNÓSTICO DO RAMO MINERAL

30

4. INTRODUÇÃO

32

5. OBJETIVO

34

6. METODOLOGIA

36

7. RESULTADOS

- Perfil do respondente;
- Perfil da cooperativa;
- Desafios Identificados pelas Cooperativas;
- Políticas voltadas ao cooperativismo de mineração;
- Financiamento;
- Questões Tributárias;
- Sustentabilidade.

67

8. CONCLUSÃO

APRESENTAÇÃO

PALAVRA DO PRESIDENTE

1



COOPERATIVAS MINERAIS – UM OLHAR DETALHADO SOBRE O SEGMENTO

Empreender, somar forças e compartilhar resultados. Isto é o que propõe o cooperativismo, um modelo de negócios realmente diferenciado, que apresenta para as mais diversas atividades uma oportunidade de crescimento sustentável. Na mineração, por exemplo, a forma cooperativa tem se colocado como um caminho interessante de desenvolvimento. Primeiro, por apresentar ao setor uma maneira organizada de atuar no mercado, pautada na união de esforços, em que todos participam e contribuem para o sucesso da cooperativa. Depois, por defender que é possível, sim, aliar produção à sustentabilidade, viabilizando a continuidade da atividade mineradora. E, finalmente, porque levanta as bandeiras dos seus cooperados e oferece a eles as melhores alternativas para continuarem trabalhando, como apoio técnico e suporte em comercialização – uma maneira profissionalizada de atuar.

E nós, no papel de representação político-institucional de um setor tão promissor como o cooperativismo mineral, com enorme potencial de expansão, atuamos diariamente, em diversas frentes, como seus porta-vozes, sempre na defesa das suas causas. Nosso objetivo é conquistar um ambiente cada dia mais favorável ao desenvolvimento da mineração brasileira, em especial, é claro, às cooperativas de mineração, com destaque ainda para a pequena mineração, que tem ganhado espaço com a prática da cooperação.

Para isso, conhecer a realidade do segmento em suas mínimas particularidades faz-se essencial. E foi pensando nisso que realizamos um diagnóstico sobre as cooperativas integrantes do ramo ainda em 2015, o qual compartilhamos com vocês nesta publicação. Ela fará parte de uma espécie de coletânea sobre os ramos do cooperativismo, que teve início em 2014, quando lançamos os diagnósticos do cooperativismo de consumo e educacional.

A ideia é que esses dados nos auxiliem nesse trabalho de representação, assim como na atuação de parlamentares, integrantes do governo e de instituições parceiras, ressaltando a relevância do Ramo Mineral tanto para seus cooperados quanto para as comunidades onde suas cooperativas estão presentes. Estamos certos de que o fortalecimento do setor contribuirá, conseqüentemente, para a disseminação dos seus benefícios, resultando em mais oportunidades para um número maior de pessoas.



Márcio Lopes de Freitas

Presidente do Sistema OCB

AGRADECIMENTO ÀS COOPERATIVAS

A consolidação deste diagnóstico é resultado claro de um trabalho de cooperação entre todos do Sistema OCB – Unidade Nacional, Unidades Estaduais e cooperativas. Sabemos da importância desse estudo e, por isso, agradecemos a todos os envolvidos no processo, em especial às sociedades cooperativas do Ramo Mineral, que responderam ao questionário enviado, resultando na formação deste documento. A vocês, o nosso muito obrigado!

Cooperativa Agromineral dos Garimpeiros do Serrado - **Cooperserrado**

Cooperativa de Exploração Mineral da Bacia do Rio Urussanga - **Coopemi**

Cooperativa de Extração de Substâncias Minerais - **Cooperareia**

Cooperativa de Extrativismo Mínero Artesanal de Roraima - **Minerar**

Cooperativa de Garimpeiros do Município de Várzea - **Coopevarzea**

Cooperativa de Garimpeiros do Santa Cruz - **Coopersanta**

Cooperativa de Garimpeiros do Vale do Rio Peixoto - **Coogavepe**

Cooperativa de Mineração de Tartarugalzinho - **Comita**

Cooperativa de Mineração dos Garimpeiros de Cristalândia - **Coopercristal**

Cooperativa de Mineração dos Garimpeiros de Lourenço - **Coogal**

Cooperativa de Mineração dos Garimpeiros de Monte Santo - **Coopergemas**

Cooperativa de Mineração dos Garimpeiros de Serra Pelada - **Coomigasp**

Cooperativa de Mineração e Agromineral dos Garimpeiros Proprietários de Catas de Serra Pelada - **Coompro**

Cooperativa dos Agricultores Mineradores do Assentamento Carlos Fonseca - **Cooperama**

Cooperativa dos Ceramistas da Bahia - **Coopceb**

Cooperativa dos Garimpeiros de Gentio do Ouro - **Coogeo**
Cooperativa dos Garimpeiros de Monte Santo - **Coopersanto**
Cooperativa dos Garimpeiros do Estado de Rondônia - **Cooger**
Cooperativa dos Garimpeiros do Rio Madeira - **Coogarima**
Cooperativa dos Garimpeiros do Vale do Vila Nova - **Coopgavin**
Cooperativa dos Micromineros do Centro-
Oeste de Minas Gerais Ltda. - **Microminas**
Cooperativa dos Mineradores de Areia
de Parauapebas - **Cooperdraga**
Cooperativa dos Mineradores de Frei Martinho - **Coopermineral**
Cooperativa dos Mineradores de Pedra Lavrada Ltda. - **Coomipel**
Cooperativa dos Mineradores de Picuí - **Coopicui**
Cooperativa Metalúrgica de Rondônia - **Coopermetal**
Cooperativa Mineradora dos Garimpeiros
de Ariquemes Ltda. - **Coomiga**
Cooperativa Mineral da Bahia
Cooperativa Mineral São Domingos - **Cooming**
Cooperativa Mista Agro Mineral do Rio Sereno - **Coomase**
Cooperativa Mista dos Garimpeiros da Ressaca Galo
Itatá Ouro Verde e Ilha da Fazenda - **Coomgrif**
Cooperativa Regional de Mineração
Industria e Comércio - **Coopremic**
Cooperativa Regional Garimpeira de Corinto Ltda. - **Uniquartz**

O COOPERATIVISMO NO BRASIL E NO MUNDO



2

INTRODUÇÃO

O cooperativismo é um modelo socioeconômico baseado na participação democrática, solidária, independente e autônoma. A sua forma de organização promove o desenvolvimento econômico e o bem-estar social simultaneamente, com foco na união de pessoas, o seu maior capital.

Ele visa às necessidades do grupo e não ao lucro, baseia-se na atuação conjunta e não na individualização. Por sua natureza e particularidades, o cooperativismo alia o economicamente viável ao ecologicamente correto e ao socialmente justo.

Esta organização de pessoas se une para garantir melhor renda, tendo como pano de fundo valores como: ajuda mútua, responsabilidade, democracia, igualdade, equidade e solidariedade. Os objetivos econômicos e sociais nas cooperativas são comuns a todos e os aspectos legais e doutrinários são distintos de outras sociedades.

O empreendimento cooperativo tem características próprias e se fundamenta nos valores humanos e na dignidade pessoal. Busca a solução de problemas que, de maneira individual, seriam mais difíceis de serem solucionados. Seu objetivo principal é viabilizar a participação econômica do cooperado, mediante a prestação de serviços, juntamente com o desenvolvimento cultural e profissional.

COOPERATIVISMO NO MUNDO

O modelo cooperativo surgiu no século XVIII, após a Revolução Industrial, na Inglaterra. O cenário do País era de muita pobreza, abandono, desemprego e fome, enquanto uma minoria era beneficiada pela exploração da mão de obra operária.

Percebendo essa exploração, as pessoas se uniram com o objetivo de buscar uma solução para reverter esse problema, surgindo, assim, formas sindicalistas e associativistas como instrumento de defesa.

Nesse contexto, o cooperativismo contemporâneo começa a tomar forma. Um grupo de 28 operários da cidade de Rochdale, na região de Manchester – em sua maioria tecelões – uniu-se para superar as dificuldades e buscar uma forma de organização na qual

fossem respeitados os valores do ser humano e praticadas regras, normas e princípios próprios. O principal objetivo era adquirir alimentos e demais produtos que as famílias necessitavam em condições mais favoráveis. Em 1844, nascia a primeira cooperativa moderna, a Sociedade dos Probos Pioneiros de Rochdale, pertencente ao Ramo Consumo, e, com ela, o movimento cooperativista começava a ganhar espaço no mundo.

Em 1848, já eram 140 membros e, 12 anos depois, chegou a 3.450 associados com um capital de 152 mil libras.

Dada a importância do cooperativismo mundial, a Organização das Nações Unidas (ONU) elegeu 2012 como o Ano Internacional das Cooperativas. Com o *slogan* “Cooperativas constroem um mundo melhor”, a proposta da ONU era fortalecer o cooperativismo e promover uma maior conscientização social sobre a sua importância para a sociedade e encorajar os governos na elaboração de políticas públicas que incentivem a criação e o fortalecimento das cooperativas.

Uma das razões pelas quais a Organização das Nações Unidas (ONU) determinou 2012 como o “Ano Internacional das Cooperativas” é o notável papel do cooperativismo como agente de desenvolvimento econômico e social. Segundo dados da Aliança Cooperativa Internacional (ACI) – organismo mundial de representação do movimento – uma a cada sete pessoas no mundo é associada a uma cooperativa, o que faz com que o cooperativismo tenha a perspectiva de se consolidar como o modelo empresarial que mais cresce em todo o planeta.



MUNDO COOPERATIVO

Hoje, o setor cooperativo reúne mais de 1 bilhão de pessoas em mais de 100 países, responde pela geração de mais de 100 milhões de empregos e está presente nos cinco continentes. Em 2008, por exemplo, as 300 maiores cooperativas do mundo tiveram uma movimentação econômico-financeira de US\$ 1,1 trilhão, valor aproximado ao PIB da Espanha, considerada a décima economia mundial.

Os cooperativistas são representados mundialmente pela Aliança Cooperativa Internacional (ACI), uma associação independente e não governamental. Atualmente com sede em Genebra, a ACI foi fundada em Londres, em 1895, e seus integrantes são organizações de cooperativas atuantes em diversos setores econômicos.

*Fonte: ICA.coop

PRINCÍPIOS DO COOPERATIVISMO



COOPERATIVISMO NO BRASIL

No Brasil, o movimento cooperativista teve início no final do século XIX, mas a prática da cooperação já poderia ser observada desde a época da colonização portuguesa. Ela se desenvolveu tanto no meio urbano quanto no rural, tendo forte influência das cultu-

ras alemã e italiana, principalmente na área agrícola. Os imigrantes trouxeram de seus países de origem a bagagem cultural, o trabalho associativo e a experiência de atividades familiares comunitárias, que os motivaram a organizar-se em cooperativas.

O movimento iniciou-se na área urbana, com a criação da primeira cooperativa no Brasil, localizada em Ouro Preto (MG), no ano de 1889, pertencente ao Ramo Consumo.

Com a propagação da doutrina cooperativista, as cooperativas tiveram sua expansão num modelo autônomo, voltado para suprir as necessidades dos próprios membros, evitando, assim, a dependência de outros atores do mercado.

Para atuar em defesa do movimento cooperativista, de forma unificada e mais fortalecida, em 1969, durante o IV Congresso Brasileiro do Cooperativismo, foi aprovada a criação da nova entidade de representação do Cooperativismo Brasileiro, a Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB), passando a ser reconhecida como representante oficial do setor no País.

A OCB é uma sociedade civil, sem fins lucrativos, com neutralidade política e religiosa. A sua regulamentação deu-se em 1971, com a sanção da Lei nº 5.764, que define a Política Nacional de Cooperativismo, institui o regime jurídico das sociedades cooperativas e dá outras providências. A autogestão do processo foi instituída em 1988, com a promulgação da Constituição Federal, que prevê a não interferência do Estado nas associações.

A entidade é de representação das cooperativas no País e está estruturada para promover uma governança democrática e transparente. Ela é responsável pela promoção, fomento e defesa do sistema cooperativista brasileiro em todas as instâncias políticas e institucionais, no Brasil e no exterior. São 26 Unidades Estaduais, além daquela que representa o Distrito Federal, integrando a OCB. Em cada organização, as cooperativas encontram o apoio necessário ao seu desenvolvimento.

Em 6 de abril 1999, o cooperativismo brasileiro comemorou mais uma conquista, por meio do Decreto nº 3.017, que regulamentou a atuação do Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo (Sescoop). Seu objetivo é organizar, administrar e executar o

ensino de formação profissional, promoção social dos empregados das cooperativas, associados e familiares, e o monitoramento das cooperativas em todo o território nacional. Após essa criação, o cooperativismo expandiu o seu investimento com foco na profissionalização e gestão das cooperativas.

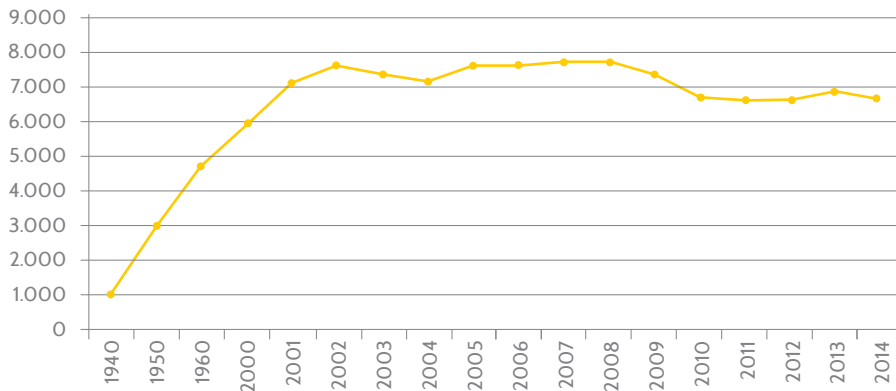
Outra conquista do setor foi a publicação do ato ministerial de concessão do registro da Confederação Nacional do Cooperativismo (CNCoop), publicado na Seção 1 do *Diário Oficial da União* (DOU) nº 215, página 73, de 16 de novembro de 2010. A CNCoop é o órgão de representação sindical das cooperativas, composto também por federações e sindicatos. Tem por missão a defesa dos direitos e interesses, individuais ou coletivos, da categoria econômica do setor, no âmbito extrajudicial e judicial, em todo o território nacional.

Analisando essa estrutura, definiu-se a nomenclatura “Sistema OCB”, que congrega as três entidades (OCB, SESCOOP e CNCoop) que atuam para o fortalecimento da sua atuação e representatividade em prol das cooperativas.



A seguir, apresentamos a evolução do número de cooperativas no Brasil. Em 1940, foram registradas 1.050 cooperativas. Após dez anos, em 1950, houve um crescimento de 184%, registrando 2.981. Em dezembro de 2014, já são 6.582 cooperativas em todo o País.

GRÁFICO 1. EVOLUÇÃO DO NÚMERO DE COOPERATIVAS.



Fonte: Pinho, Diva Benevides, *Manual de Cooperativismo, Vol. IV, Tipologia Cooperativista*, CNPq, Outubro/1991, informações de 1940 a 1960.

Fonte: OCB/Gedeg/Unidades Estaduais, informações de 2000 a 2014.

Elaboração: OCB/Getec, dezembro de 2014.

As cooperativas estão presentes no dia a dia do brasileiro, com a prestação de serviços nas áreas de crédito, habitação, mineração, saúde, educação, transporte, dentre outros. As cooperativas também são responsáveis pela produção e distribuição de leite, café, açúcar e demais alimentos que chegam às nossas casas todos os dias.

Somado à sua importância econômica, o movimento cooperativista tem demonstrado significativa importância para a inclusão social no Brasil. Atualmente, o número de cooperados a cooperativas representa 6,2% da população do País. Se somarmos as famílias dos cooperados, estima-se que o movimento hoje agrega mais de 48 milhões de pessoas, ou 23,4% do total de brasileiros.¹

¹ Para alcançar esses percentuais, consideramos o número da população brasileira, em 25 de novembro de 2015, às 15:18 horas, disponibilizados no site do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), www.ibge.gov.br.

ORGANIZAÇÃO DAS COOPERATIVAS

Considerando a atuação das cooperativas nos mais diversos setores da economia, o Sistema OCB classificou-as em ramos, facilitando o seu registro, a sua organização e o desenvolvimento de ações visando ao fortalecimento e à valorização do cooperativismo brasileiro.

Atualmente, em sua estrutura, são 13 setores distintos da economia. Em 4 de maio de 1993, o Conselho Diretor da OCB intitolou os 13 setores de “ramos”.

Hoje, as cooperativas brasileiras atuam em 13 ramos de atividades econômicas, nos meios rural e urbano. Em apenas 10 anos (2005 a 2014), o número de cooperados cresceu 87%, passando do patamar de 12,7 mil. De forma equivalente, obteve 81% de crescimento no número de empregos gerados no mesmo período, aproximando de 361 mil.

CONHEÇA OS 13 RAMOS DO COOPERATIVISMO:



AGROPECUÁRIO

Cooperativas de produtores rurais ou agropastoris e de pesca, cujos meios de produção pertencem ao cooperado.



CONSUMO

Cooperativas dedicadas à compra em comum de artigos de consumo para seus cooperados.



CRÉDITO

Cooperativas destinadas a promover a poupança e financiar necessidades ou empreendimentos dos seus cooperados.



EDUCACIONAL

Cooperativas de profissionais em educação, de alunos, de pais de alunos, de pais e professores de empreendedores educacionais e de atividades afins.



ESPECIAL

Cooperativas constituídas por pessoas que precisam ser tuteladas ou que se encontram em situação de desvantagem, nos termos da Lei nº 9.867/1999.



HABITACIONAL

Cooperativas destinadas à construção, à manutenção e à administração de conjuntos habitacionais para seu quadro social.



INFRAESTRUTURA

Cooperativas que atendem direta e prioritariamente ao seu quadro social com serviços essenciais, como energia e telefonia.



MINERAL

Cooperativas com a finalidade de organizar a atuação dos seus cooperados na pesquisa de lavra, na extração, na industrialização, na comercialização e na exportação dos produtos minerais, garantindo a legalidade.



PRODUÇÃO

Cooperativas dedicadas à produção de um ou mais tipos de bens e produtos, quando detenham os meios de produção.



SAÚDE

Cooperativas que se dedicam à preservação e à promoção da saúde humana.



TRABALHO

Cooperativas que se dedicam à organização e à administração dos interesses inerentes à atividade profissional dos trabalhadores associados para prestação de serviços não identificados com outros ramos já reconhecidos.



TRANSPORTE

Cooperativas que atuam na prestação de serviços de transporte de cargas e passageiros.



TURISMO E LAZER

Cooperativas que atendem direta ou prioritariamente ao seu quadro social, com serviços turísticos, de lazer, de entretenimento, de esportes, artísticos, de eventos e de hotelaria.

TABELA 1. NÚMERO DE COOPERATIVAS, COOPERADOS E EMPREGADOS POR RAMO.

RAMOS	COOPERATIVAS	COOPERADOS	EMPREGADOS
Agropecuário	1.543	993.564	180.891
Consumo	124	2.958.814	13.919
Crédito	980	6.931.144	46.824
Educacional	282	52.069	3.953
Especial	8	350	7
Habitacional	283	123.568	945
Infraestrutura	133	973.974	6.363
Mineral	80	74.172	239
Produção	268	12.534	1.932
Saúde	818	245.960	92.181
Trabalho	877	204.340	1.586
Transporte	1.164	133.886	12.132
Turismo e Lazer	22	1.798	23
TOTAL	6.582	12.706.173	360.995

Fonte: Sistema OCB/Gedeg; Base: dez./2014.

O RAMO MINERAL



3

HISTÓRIA

No século XVII, expedições chamadas entradas e bandeiras marcaram o início da mineração no Brasil. Essa expedição tinha como objetivo vasculhar o interior do território em busca de metais valiosos e pedras preciosas, localizadas no início do século XVIII na Capitania de São Paulo, área que posteriormente foi desmembrada como Minas Gerais, Goiás e Mato Grosso.

Essa descoberta provocou um afluxo populacional vindo de Portugal e de outras áreas, dando início à corrida pelas minas, que ocasionou a Guerra dos Emboabas. Com isso, o País passou por sensíveis transformações econômicas em função da mineração.

Neste contexto, a partir de 1900, foram fundadas/registradas cooperativas de extração mineral. Essas cooperativas tinham como objetivo a organização da extração e a distribuição igualitária entre os cooperados. Os registros das primeiras cooperativas de mineração no Brasil foram nos estados do Amapá, Bahia, Pará, Rondônia e Roraima.

Colaborando para o desenvolvimento dessas primeiras cooperativas, o Poder Legislativo reconheceu o papel do cooperativismo na mineração em sua Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 no art. 174, §§ 3º e 4º, incentivando a fundação de cooperativas de mineração e a atividade realizada pelos garimpeiros, favorecendo-os e resguardando-os.

A legalização da área para extração é o grande diferencial das cooperativas de mineração. A sua atuação é voltada para a gestão do negócio dos cooperados, representando-os junto aos órgãos públicos e privados, com foco na organização da atividade e na busca de autorização para uma extração regular. Além disso, organiza o quadro social e estimula o envolvimento da comunidade nos projetos voltados para recuperação ambiental e de promoção socioeconômico, pensando na extração sustentável e na geração de uma nova atividade econômica após o esgotamento da área explorada.

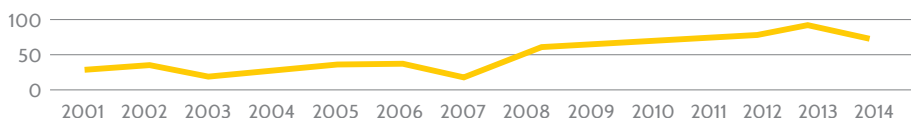
PRINCIPAIS NÚMEROS

Mesmo com a propagação da doutrina cooperativista, as cooperativas de mineração apresentaram crescimento tímido, mas linear, ao longo dos anos.

Vale ressaltar que a atividade mineral exige elevados custos para a sua legalização. Além disso, os trâmites para a autorização de extração junto aos órgãos responsáveis, como o Departamento Nacional de Pesquisa e Extração Mineral (DNPM) e o Ministério do Meio Ambiente (MMA), levam tempo para serem finalizados/autorizados. Essa demora na liberação das licenças de operação acaba inviabilizando a atividade individual dos cooperados, o que fortalece a necessidade de organização em cooperativas.

Embora em pequeno número no País, o que fortalece a necessidade de organização em cooperativas, as cooperativas de mineração são de extrema importância para a organização da atividade em pequena escala. Considerando as informações estatísticas, de 31 de dezembro de 2014, o Ramo Mineral está representado por 80 cooperativas, aproximadamente 74 mil cooperados e gera cerca de 239 empregos diretos.

GRÁFICO 2. EVOLUÇÃO DO NÚMERO DE COOPERATIVAS DO RAMO MINERAL.



Fonte: Sistema OCB/Gedeg; Base: dez./2014.

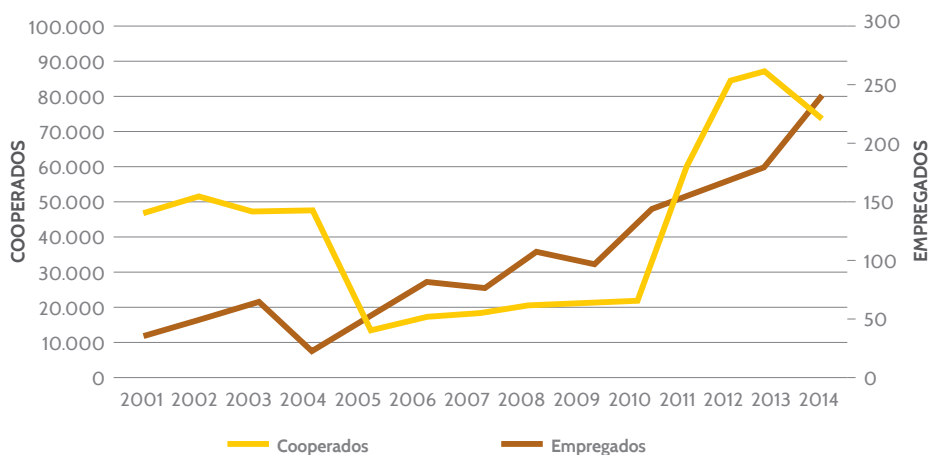
As cooperativas de mineração abrangem todas as riquezas extraídas do solo, das minas e dos leitos dos rios, inseridas em um segmento da economia pujante e merecedora de toda a atenção, já que trabalha para o desenvolvimento do País.

Nossa meta é contribuir para uma gestão cada vez mais profissionalizada, aumentando a sua competitividade. Para isso, o Sistema OCB tem investido em ações de capacitação e monitoramento das nossas cooperativas.

A busca por maior controle e profissionalização da gestão das cooperativas fez com que o número de cooperados, no período de 2005 a 2010, reduzisse drasticamente, redução essa justificada pelo recadastramento dos cooperados junto às cooperativas. Além disso, as Unidades Estaduais também têm realizado um trabalho de adequação das suas cooperativas, o que refletiu na redução do seu número: em 2014, houve um decréscimo de 7% em relação ao ano anterior.

Por outro lado, os gestores das cooperativas investiram na contratação de pessoas para monitoramento e fiscalização da atividade mineral. Em apenas 10 anos (2005 a 2014), o número de empregados nas cooperativas cresceu em 360%, registrando 239 empregos diretos.

GRÁFICO 3. EVOLUÇÃO DO NÚMERO DE COOPERADOS E EMPREGADOS DO RAMO MINERAL.

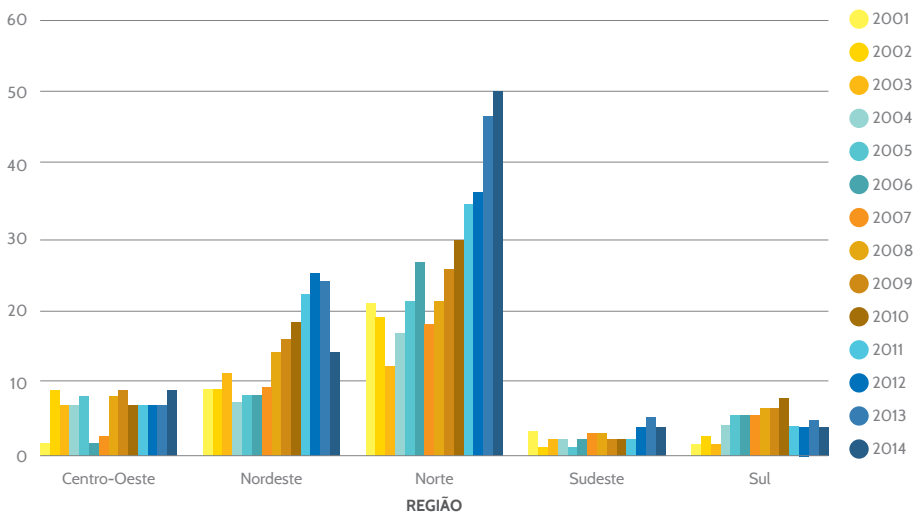


Fonte: Sistema OCB/Gedeg; Base: dez./2014.

Com relação à dispersão geográfica, percebe-se que ao longo dos anos existe a manutenção da concentração das cooperativas na região Norte. A região Nordeste apresentou uma redução significativa no número de cooperativas, justificada pelo trabalho de rea-

dequação do cadastro de cooperativas, mantendo somente as que atendem aos ditames legais. Esses números serão reajustados ao longo dos anos, considerando a política adotada pelo Sistema OCB, e suas Unidades Estaduais, de fortalecer as cooperativas, tornando-as referência nacional.

GRÁFICO 4. EVOLUÇÃO DO NÚMERO DE COOPERATIVAS DO RAMO MINERAL, POR REGIÃO, NOS ÚLTIMOS 10 ANOS.



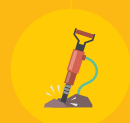
Fonte: Sistema OCB/Gedeg; Base: dez./2014.

Vale ressaltar que as cooperativas de mineração são de extrema importância para o desenvolvimento da pequena mineração no País e que o seu desenvolvimento de forma estruturada e sustentável poderá abranger diversos setores da economia, destacando: agricultura, habitação, produção, trabalho e turismo.

DIAGNÓSTICO DO RAMO MINERAL

INTRODUÇÃO

4



INTRODUÇÃO

Saber quem somos e onde estamos para organizar e fortalecer as cooperativas de mineração. Este é o objetivo do Diagnóstico das Cooperativas do Ramo Mineral.

O setor mineral é um dos mais importantes para geração de uma economia consistente no País, mas quando falamos da pequena mineração, políticas que estimulem o seu desenvolvimento são escassas. Assim, as dificuldades enfrentadas pelo setor e a importância de realmente conhecer e mapear a realidade das cooperativas, seus produtos, serviços e gargalos que impactam o seu desenvolvimento e fortalecimento, motivaram a aplicação do diagnóstico.

Essa foi uma demanda prioritária do Conselho Consultivo do Ramo Mineral (CCRM), composto por representantes das Unidades Estaduais do Sistema OCB. Órgão consultivo da entidade, o Conselho tem o objetivo de proporcionar uma gestão cooperativista mais próxima das necessidades do ramo, subsidiando a atuação da OCB enquanto entidade de representação do cooperativismo brasileiro.

A partir do modelo de pesquisa aplicado ao Diagnóstico dos Ramos Consumo e Educacional, elaborou-se a estrutura básica do questionário, que foi posteriormente aprimorado e validado pelos representantes do Conselho Consultivo.

Assim, com a presente pesquisa pretende-se identificar as cooperativas participantes, a sua representação nacional, a atividade econômica realizada, a participação dos seus cooperados nas ações das cooperativas e especialmente os desafios internos e externos enfrentados por estas. Dessa forma, ações para organização interna e fomento a políticas públicas poderão ser traçadas de forma estratégica.

OBJETIVO

5



OBJETIVO

Conhecer as cooperativas do setor mineral, suas dificuldades para o crescimento e as oportunidades para fortalecimento são os principais objetivos deste diagnóstico. Dessa forma, será possível ampliar a participação das cooperativas de mineração junto à agenda de decisões do Governo, não somente com números que embasem o fomento de políticas públicas específicas ao setor, mas, também, a partir de uma melhor compreensão sobre os principais desafios de tais cooperativas.

Além disso, este estudo busca subsidiar o desenvolvimento dos futuros planos de ação do Conselho Consultivo do Ramo Mineral, que irá priorizar as demandas mapeadas, fortalecendo a sua participação no cenário econômico da mineração do País.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS



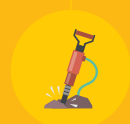
Ampliar o conhecimento sobre o perfil das cooperativas do Ramo Mineral – sua abrangência em nível nacional, segmentos de atuação, participação dos cooperados e demais números do setor.



Compreender os desafios das cooperativas visando à organização e o fortalecimento da atividade.

METODOLOGIA

6



METODOLOGIA

Os dados da pesquisa foram coletados a partir da aplicação de questionário, elaborado com a colaboração dos representantes do Conselho Consultivo do Ramo Mineral, nas cooperativas do ramo registradas no Sistema OCB.

A aplicação dos pré-testes e do diagnóstico foi realizada por meio de questionário *online*, contendo questões objetivas (fechadas) e subjetivas (abertas), utilizando a plataforma estatística Survey Monkey.

Para tratamento e sistematização das informações, por meio da tabulação dos dados obtidos, da categorização de variáveis e da construção de tabelas e gráficos, foram utilizados os programas *Survey Monkey* e *Microsoft Office Excel*.

Com relação à análise dos dados, levou-se em consideração todos os questionários que tivessem pelo menos um bloco respondido. Os dados foram analisados de maneira agregada, priorizando a apresentação por tipo de cooperativa e/ou regiões.



PÚBLICO-ALVO:

Cooperativas do Ramo Mineral registradas no Sistema OCB.



PERÍODO DE APLICAÇÃO:

16 de maio a 11 de setembro de 2015.



INSTRUMENTALIZAÇÃO:

Com o objetivo de garantir amplo alcance da pesquisa e facilitar a organização das informações, o questionário foi aplicado por meio da plataforma estatística *Survey Monkey*. O *link* foi enviado às cooperativas pelas Unidades Estaduais do Sistema OCB.

Durante a fase de implementação, foram realizadas campanhas contínuas de sensibilização por ofício, *e-mail marketing*, contato telefônico, visita técnica e divulgação dos resultados parciais gerados.

RESULTADOS

7



RESULTADOS

O Diagnóstico do Ramo Mineral contou com a participação de 41% das cooperativas registradas no Sistema OCB, garantindo, assim, representatividade em relação ao universo total desse segmento.

A mensuração dos resultados será apresentada conforme a estrutura de perguntas disponibilizadas no questionário do Diagnóstico, considerando os seguintes aspectos:

- 🔍 Perfil do respondente;
- 🔍 Perfil da cooperativa;
- 🔍 Desafios identificados pelas Cooperativas;
- 🔍 Políticas voltadas ao cooperativismo de mineração;
- 🔍 Financiamento;
- 🔍 Questões tributárias;
- 🔍 Sustentabilidade.

PERFIL DO RESPONDENTE

O objetivo deste bloco é identificar a posição que o respondente ocupa na cooperativa e o seu conhecimento e percepção sobre as ações desenvolvidas pelo Sistema OCB.

A participação dos líderes das cooperativas neste trabalho demonstra a importância dele. Podemos considerar que o objetivo de envolver os representantes diretos das cooperativas foi alcançado. Registramos a participação de 58% de presidentes das cooperativas e 24% de representantes da Diretoria ou do Conselho de Administração da cooperativa, totalizando 82% das respostas de membros com este perfil. Os demais questionários foram preenchidos pelos representantes do Conselho Consultivo do Ramo Mineral, assessores, assistentes, responsável técnico e/ou secretária.

Com relação às ações promovidas pela OCB, Unidade Estadual e SESCOOP, a percepção dos respondentes é bastante positiva, como pode ser observado nos números que se seguem.



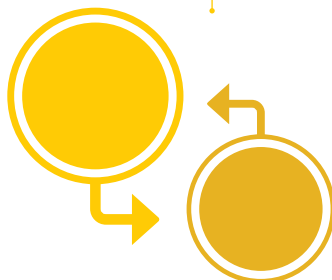
85% CONHECEM AS AÇÕES PROMOVIDAS PELA OCB.
DESTES, **73%** CONSIDERAM AS AÇÕES
“BOAS” OU “EXCELENTES”

79% CONHECEM AS AÇÕES PROMOVIDAS PELO SESCOOP.
DESTES, **70%** CONSIDERAM AS AÇÕES
“BOAS” OU “EXCELENTES”



30% CONHECEM AS AÇÕES PROMOVIDAS PELA CNCOOP.
DESTES, **24%** CONSIDERAM AS AÇÕES
“BOAS” OU “EXCELENTES”

79% CONHECEM AS AÇÕES
PROMOVIDAS PELA UNIDADES ESTADUAL.
DESTES, **73%** CONSIDERAM AS AÇÕES
“BOAS” OU “EXCELENTES”



Dessa forma, podemos considerar que a interlocução entre as cooperativas do ramo e o Sistema OCB é eficiente, o que é fundamental para o trabalho de construção de estratégias visando ao atendimento das necessidades das cooperativas de mineração. Vale destacar o papel fundamental desempenhado pelas Unidades Estaduais, que promovem diretamente a organização, a capacitação e o monitoramento dessas cooperativas.

PERFIL DA COOPERATIVA

Com esse bloco, buscou-se conhecer melhor as cooperativas do ramo. Para isso, perguntas como: onde estão localizadas, qual o regime de aproveitamento², matéria-prima extraída e sua forma de extração ajudam a compor o perfil das cooperativas.

Essas informações permitirão uma atuação mais focada e auxiliarão o ramo na identificação das demandas, de acordo com o tipo de extração e/ou matéria-prima.

As cooperativas participantes estão representadas nas cinco regiões do País e abrangem 10 Unidades da Federação. Dentre elas, o primeiro registro é de 1984 e, o mais recente, de 2014.



Nordeste: BA, PB

Sudeste: MG

Centro-Oeste: MT

Norte: AP, PA, RO, RR, TO

Sul: SC

Considerando o número de cooperativas registradas no Sistema OCB, de forma proporcional, a região Nordeste foi a que obteve o maior número de respostas, registrando 57% de participação. Em segundo lugar temos a região Sudeste, com 50%.

² Para maiores detalhes sobre o termo “regime de aproveitamento”, veja a seguir o Tópico 1.

TABELA 2. PARTICIPAÇÃO (%) DAS COOPERATIVAS POR REGIÃO.

REGIÃO	%
NORDESTE	57%
SUDESTE	50%
NORTE	40%
SUL	25%
CENTRO-OESTE	25%

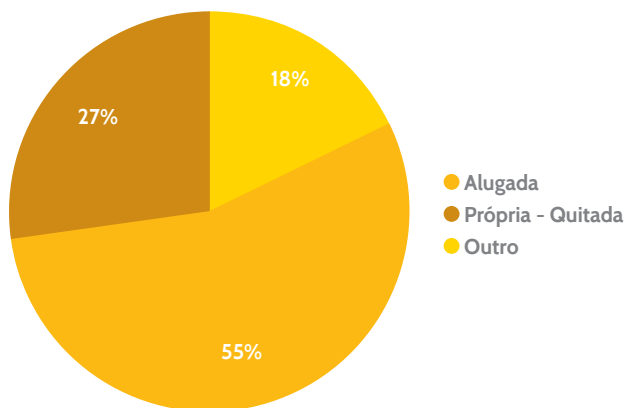
Fonte: Sistema OCB/Gedeg; Base: dez/2014; Diagnóstico do Ramo Mineral/Sistema OCB.

Considerando o total de questionários respondidos, e não apenas aqueles vinculados a cooperativas registradas no Sistema OCB, a região Norte apresentou o maior número de respostas, totalizando 61% da participação. Na sequência, a região Nordeste com 24%, as regiões Sudeste e Centro-Oeste com 6%, e a Região Sul, 3%.

Registramos que 55% da sede das cooperativas são alugadas, sendo apenas 27% das propriedades próprias e/ou quitadas. As demais informaram ser penhoradas, emprestadas e/ou, até mesmo, ocupam espaço cedido para o devido funcionamento.

A seguir será possível observar que o objetivo principal das cooperativas está focado na legalização da área para atuação regular do cooperado. Nesse sentido, a cooperativa realiza todos os trâmites junto aos órgãos federais para liberação das autorizações estipuladas em lei.

GRÁFICO 5. PERFIL DA SEDE DAS COOPERATIVAS (%).



Fonte: Diagnóstico do Ramo Mineral/Sistema OCB.

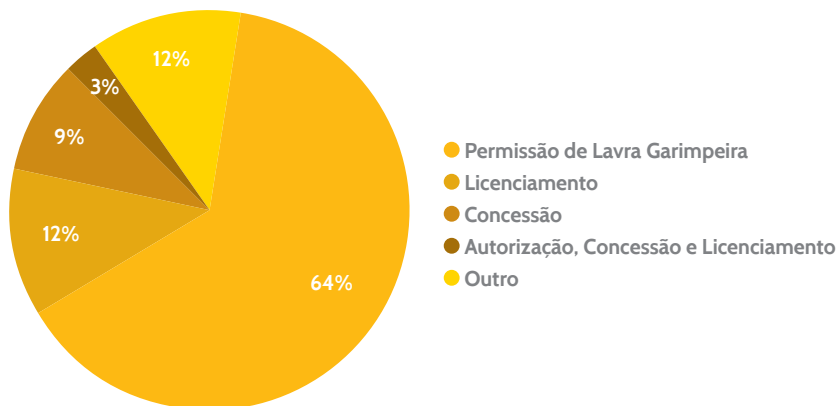
1. Regime de Aproveitamento

Para o adequado funcionamento das cooperativas do setor mineral, faz-se necessário o cumprimento das normas e exigências estabelecidas no Decreto-Lei nº 227/1967, que dá nova redação ao Código de Minas. Esse Decreto-Lei define os regimes de aproveitamento das substâncias minerais, podendo ser de:

- 🔍 Concessão;
- 🔍 Autorização;
- 🔍 Licenciamento;
- 🔍 Permissão de Lavra Garimpeira (PLG); e
- 🔍 Monopolização.

Nosso público principal são as cooperativas de pequeno porte, resguardadas pela Lei nº 7.805/1989, priorizando as cooperativas com o regime de PLG. Tal realidade se reflete no diagnóstico. De acordo com os participantes, 64% das cooperativas atuam em regime de Permissão de Lavra Garimpeira. Os demais registros apresentados são os de Licenciamento, com 12%, e o de Concessão, com 9%. Observamos que 3% das cooperativas operam em mais de um regime de extração.

GRÁFICO 6. REGIME DE EXTRAÇÃO PELA COOPERATIVA (%).



Fonte: Diagnóstico do Ramo Mineral/Sistema OCB.

A cooperativa, para iniciar as atividades, além de possuir o documento de regime de extração devidamente autorizado pelo Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM), precisa ter as Licenças Ambiental e de Operação. No Diagnóstico, 13 das cooperativas participantes citaram não possuir todas as licenças para operação, impedindo, assim, o seu funcionamento/desenvolvimento. Essas estão aguardando as licenças que dependem de aprovação dos órgãos de fiscalização.

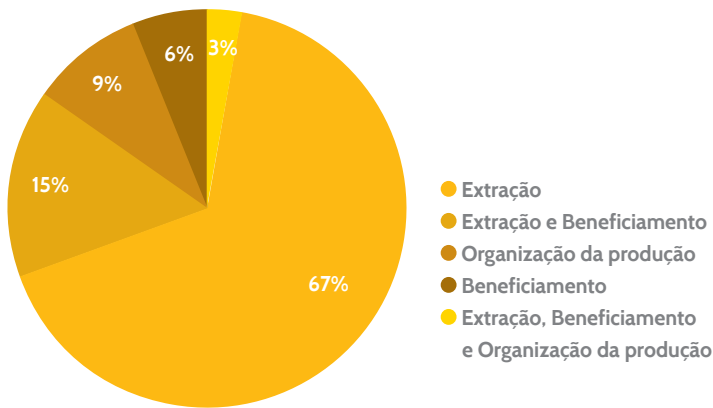
2. Segmentos

A forma de atuação das cooperativas do setor mineral podem ser classificadas por segmentos. Esta classificação está definida no Estatuto Social da Cooperativa, o qual, tem como objetivo direcionar as suas ações para o desenvolvimento da atividade. Os segmentos identificados e mais comuns nas cooperativas são: i) Extração; ii) Beneficiamento; e iii) Organização da Produção.

Observamos a existência de cooperativas que realizam atuação mista, em mais de um segmento proposto. É possível verificar que o foco principal das cooperativas é a extração da matéria-prima, exercendo o papel de legalizar toda a área para extração pelos cooperados. Considerando que a atividade de mineração exige um investimento

elevado, especialmente no processo de beneficiamento, e que as cooperativas atuam na pequena mineração, a representatividade delas no beneficiamento da matéria-prima é baixo. No geral, 67% participam no segmento de extração, enquanto apenas 15% atuam no segmento de extração e beneficiamento.

GRÁFICO 7. SEGMENTO DE ATUAÇÃO PELA COOPERATIVA (%).



Fonte: Diagnóstico do Ramo Mineral/Sistema OCB.

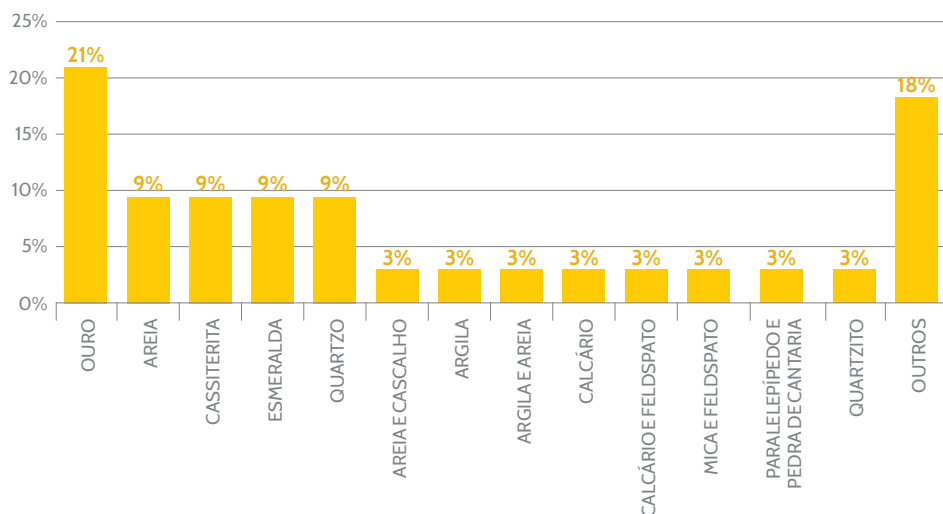
Das respostas computadas, 15% das cooperativas têm a intenção de realizar a atividade nos segmentos citados. Estas ainda estão em processo de pesquisa e/ou aguardando a liberação da documentação para iniciar a atividade.

Nesse setor, existem diversas matérias-primas extraídas. Dentre elas temos: areia, argila, metais, ouro e pedras diversas, podendo ser ametista, diamante, esmeralda e quartzo.

Como é possível observar, as cooperativas estão presentes em vários setores da economia. As matérias-primas extraídas são destinadas para os setores da construção civil, agricultura, comércio de joalherias e artesanatos, indústria de telefonias e eletrônicos, dentre outros.

A seguir, apresentamos a participação das cooperativas de acordo com a matéria-prima extraída. O setor de ouro destacou-se no preenchimento dos questionários, refletindo a participação da região Norte, que registrou o maior número de respostas. As demais regiões não se destacaram na extração de uma matéria-prima de forma específica.

GRÁFICO 8. MATÉRIAS-PRIMAS EXTRAÍDAS PELAS COOPERATIVAS (%).



Fonte: Diagnóstico do Ramo Mineral/Sistema OCB.

A forma de extração pelos cooperados, também, foi umas das perguntas selecionadas para este questionário. A extração mecanizada representou 49%, podendo ser um número ainda maior se considerarmos a existência da opção de extração pelos cooperados de forma mista, sendo a manual e mecanizada com 3%.

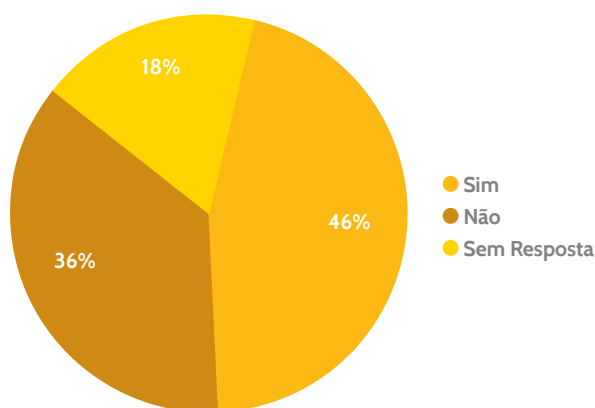
A extração mecanizada é realizada por meio de caminhão, retroescavadeira, pá escavadeira, compressor, marteleto de perfuração, gerador, chupadeira, dragas, dentre outros. As informações foram disponibilizadas de acordo com o número de respostas.

É importante considerar que junto da extração da matéria-prima principal, pode ocorrer a identificação de outras secundárias. Como no caso do ouro, geralmente encontra-se prata, cobre, ferro ou, até mesmo, algum tipo de rocha. Outros rejeitos identificados na atividade são: cascalhos, curimam, plásticos, metais, óleo e rochas. Muitos desses rejeitos podem ser reaproveitados na construção civil, correção de estradas de terra, venda para reciclagem, decoração de

bijuterias, recuperação de solo e artesanato. Resíduos provenientes da separação magnética e escórias no processo metalúrgico não são aproveitados. Vale informar que a comercialização dessa matéria-prima é realizada somente quando a cooperativa possui a licença para extração. Quando a matéria-prima é classificada como resíduo e/ou rejeito, é necessário que ela seja analisada para verificação da melhor forma de reaproveitamento.

Como resultado dessa pesquisa, verifica-se que 46% das cooperativas informaram produzir rejeitos e/ou outras substâncias que podem ser reaproveitadas na sua atividade.

GRÁFICO 9. PARTICIPAÇÃO (%) DAS COOPERATIVAS QUE PRODUZEM REJEITOS OU OUTRAS SUBSTÂNCIAS QUE PODEM SER REAPROVEITADAS.



Fonte: Diagnóstico do Ramo Mineral/Sistema OCB.

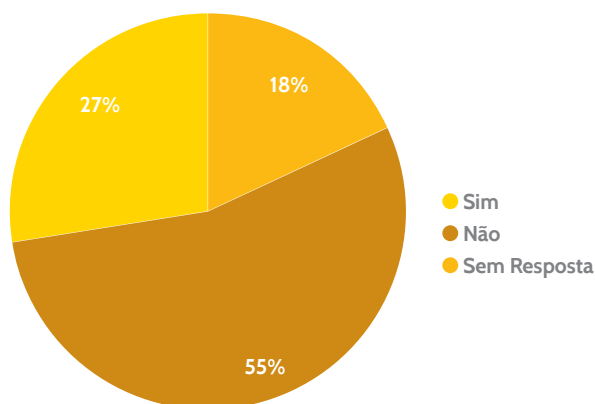
Dentre elas, temos a rocha, proveniente da atividade de extração de pedras, a qual está sendo estudada pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa) e pela Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), buscando a melhor forma de utilização na recuperação do solo para o plantio.

Outra informação relevante para este Diagnóstico é referente à participação dos cooperados na extração da matéria-prima, que re-

presenta 85% de sua atividade. Considerando o número total de cooperados do Ramo Mineral, de 74.172, em dezembro de 2014, destes, 79% estão representados pelas 33 cooperativas respondentes. A participação dos homens no garimpo é uma realidade, mas a atuação das mulheres apareceu de forma significativa, registrando 17%. As atividades realizadas pelas mulheres são diversas, podendo ser: no garimpo, no monitoramento da extração, na parte de logística, na organização da alimentação e serviços gerais, no gerenciamento da atividade, dentre outras.

As cooperativas de mineração, conforme apresentado no Gráfico 7, ainda não tem como objetivo principal o envolvimento em toda a cadeia produtiva, justificado pelos custos envolvidos para o seu desenvolvimento. Destas, 55% informaram não comercializar a matéria-prima dos associados. Além disso, 70% das cooperativas informaram não exportar a mercadoria dos cooperados.

GRÁFICO 10. A COOPERATIVA COMERCIALIZA A MERCADORIA DO COOPERADO (%)?



Fonte: Diagnóstico do Ramo Mineral/Sistema OCB.

Para fomentar essa atuação, a organização da atividade por meio de Arranjos Produtivos Locais (APLs) é um dos programas prioritários do Ministério de Minas e Energia (MME). Entendem que dessa forma a matéria-prima, por meio da agregação de valor, irá fortalecer/favorecer o município onde o programa for implementado, incentivando a geração de empregos e a economia local.

3. Desenvolvimento da mina

De acordo com o regime de aproveitamento autorizado para a cooperativa desenvolve-se a mina. O regime de PLG é permitido para a extração do minério em forma de aluvião, eluvião e/ou coluvião, estando a lavra localizada a céu aberto e/ou nos pés dos morros. Além disso, é permitida a extração nos rios por meio das dragas. Já o regime de concessão permite a extração do minério disponibilizado a céu aberto e/ou subterrâneo.

Conforme citado, as cooperativas participantes estão representadas em 64% pelas PLGs, percentual que corresponde ao tipo de desenvolvimento da mina. Com esta informação é possível reafirmar que o registro de operação pelas cooperativas está de acordo com o regime permitido.



Lavra a céu aberto



Lavra subterrânea



Outros tipos de desenvolvimento da mina



Lavra a céu aberto e subterrânea

Para o desenvolvimento destas minas, faz-se necessária a utilização de materiais apropriados para a abertura de área. Os mais comuns são os explosivos, manuseados por meio de *blasters* e ou paiol, utilizados por 36% das cooperativas. Registramos, também, que as cooperativas se resguardam por meio da contratação de empresas especializadas e/ou observando o atendimento das normas de segurança exigidas.

Para o desenvolvimento da atividade mineral, todas as instituições devem atender às exigências da Norma Reguladora do Ministério do Trabalho nº 22, que trata especificamente da segurança e saúde ocupacional na mineração.

4. Faixa etária e escolaridade dos cooperados

Analisando a pirâmide etária do Brasil, observamos que em 2014, a população estava concentrada na faixa etária entre 10 a 34 anos. Já entre as cooperativas participantes do Diagnóstico do Ramo Mineral, a faixa etária preponderante corresponde à faixa de 27 a 55 anos.

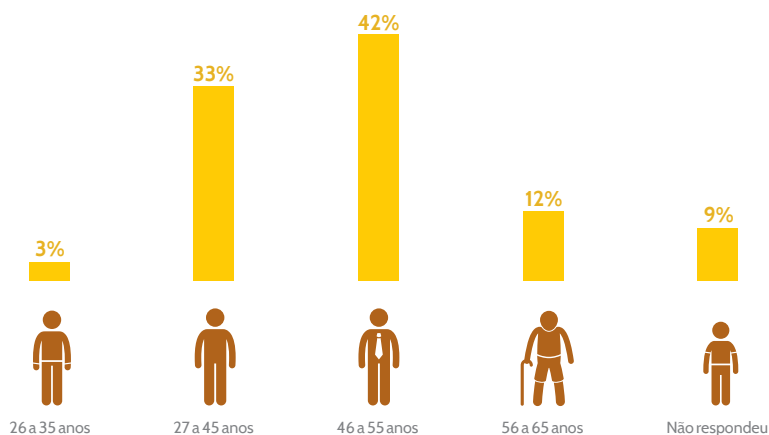
GRÁFICO 11. PIRÂMIDE ETÁRIA ABSOLUTA, BRASIL, EM 2014.



Fonte: Diagnóstico do Ramo Mineral/Sistema OCB.

De acordo com as respostas analisadas, 42% das cooperativas participantes informaram que a faixa etária dos seus cooperados tem de 46 a 55 anos. Na sequência, 33% responderam estar classificados entre 27 a 45 anos.

GRÁFICO 12. FAIXA ETÁRIA DOS COOPERADOS DAS COOPERATIVAS, EM 2014 (%).



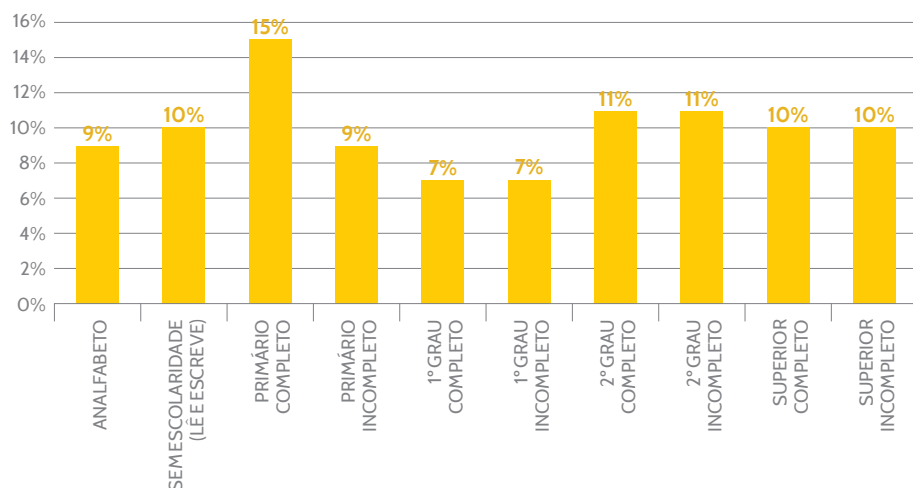
Fonte: Diagnóstico do Ramo Mineral/Sistema OCB.

A escolaridade dos cooperados variou entre o analfabetismo e a formação superior. De acordo com a mais recente Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em 2012 e divulgada em setembro de 2013, a taxa de analfabetismo de pessoas de 15 anos ou mais foi estimada em 8,7%, o que corresponde a 13,2 milhões de analfabetos no País.

O setor mineral, de acordo com o diagnóstico, registrou 9% do quadro de cooperados no índice de analfabetos. Além disso, mais de 10% não possuem escolaridade, mas sabem ler e/ou escrever. Podemos concluir que este é um dos seguimentos que precisa de maior atenção e investimentos na educação, assim colaborando para o alcance da meta firmada pela ONU, de redução da taxa de analfabetismo para 6,7% até 2015.

Por fim, importa destacar que 42% dos cooperados possuem escolaridade entre segundo grau incompleto e superior incompleto.

GRÁFICO 13. ESCOLARIDADE DOS COOPERADOS, EM 2014 (%).



Fonte: Diagnóstico do Ramo Mineral/Sistema OCB.

5. Profissionalização da gestão

Para o fortalecimento da atividade mineral, com foco na profissionalização da gestão e monitoramento da extração, a cooperativa constantemente oferece cursos e acompanhamento técnico para os cooperados, empregados e contratados.

Com o objetivo de oferecer suporte para o desenvolvimento da atividade e levar conhecimento ao cooperado, 26 cooperativas informaram possuir quadro técnico. Esses técnicos são profissionais da área de geologia, engenharia de mina, ambiental e segurança, advocacia, contabilidade, biologia, dentre outros.

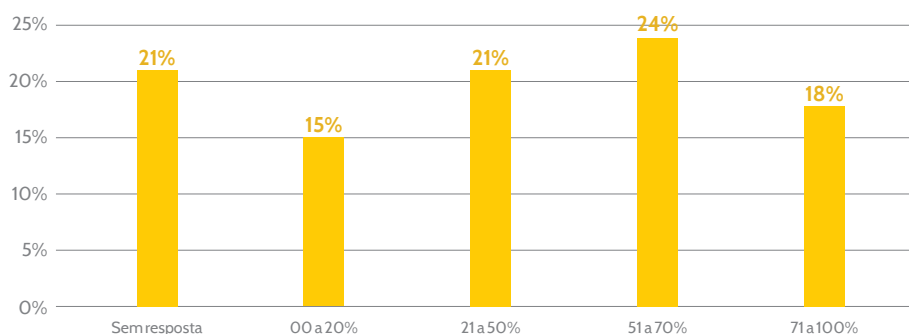
Para os cooperados, são ofertados cursos sobre o cooperativismo, segurança no trabalho, legislação trabalhista e formas de operacionalização da extração, como: desenvolvimento de pesquisa, técnicas de proteção ambiental e manuseio do blaster.

Monitoramento da extração da matéria-prima é outra ação desenvolvida pela cooperativa. O monitoramento pode ser realizado por meio do relatório anual de lavra, relatório ambiental, planilhas de visitas técnicas, controle de cargas e da área via GPS, balança de precisão e até mesmo pela nota de venda das matérias-primas. Esse acompanhamento colabora com o desenvolvimento da gestão e organização da produção do cooperado, visando à sustentabilidade da atividade. Além disso, colabora para a identificação dos gargalos dos cooperados, possibilitando o fomento de novos cursos para estes.

A participação do cooperado nas atividades da cooperativa também faz parte do desenvolvimento da gestão. Dentre estas, podemos citar a presença de cooperados nas assembleias gerais, momento em que as tomadas de decisões são primordiais para o crescimento do empreendimento.

É possível destacar que das 26 cooperativas respondentes, 42% delas contam com a participação de mais de 51% dos seus cooperados nas assembleias gerais. Esse índice é muito positivo, considerando a distância dos garimpos até o local de realização das reuniões e pelo fato de serem realizadas em dia de extração. O funcionamento do garimpo é definido de acordo com a atividade de extração, podendo funcionar 24 horas, em regime de escala.

GRÁFICO 14. PARTICIPAÇÃO DOS COOPERADOS NA ASSEMBLEIA GERAL DA COOPERATIVA, EM 2014 (%).



Fonte: Diagnóstico do Ramo Mineral/Sistema OCB.

Outra informação interessante para se destacar é referente à renda média dos cooperados. Considerando que o diagnóstico abrange atividades e setores estratificados da mineração, é possível concluir que não é a matéria-prima que define a renda dos seus cooperados e, sim, a forma de extração e/ou gestão realizada.

Observa-se a seguir que a renda média do cooperado que atua na extração de ouro apresenta uma variação entre R\$ 500,00 e mais de R\$20.000,00, por mês. A extração de calcário e esmeralda, também, apresentou renda com proporções diferenciadas, entre R\$500,00 a R\$2.000,00 e acima de R\$20.000,00. As extrações de areia e argila estiveram classificadas entre R\$500,00 a R\$10.000,00.

TABELA 3. RENDA MÉDIA DOS COOPERADOS, POR MÊS, DE ACORDO COM A EXTRAÇÃO DA MATÉRIA-PRIMA.

PARTICIPAÇÃO % DAS COOPERATIVAS	RENDA MÉDIA (R\$)	MATÉRIA-PRIMA EXTRAÍDA
33%	De R\$ 500,00 a R\$ 1.000,00	Areia
		Areia e Cascalho
		Esmeralda
		Fedespato e Calcário
		Ouro
22%	De R\$ 1.000,01 a R\$ 2.000,00	Cassiterita
		Esmeralda
		Feldispato e Mica
		Quartzo
		Paralelepípedo e Pedra de cantaria
11%	De R\$ 2.000,01 a R\$ 3.000,00	Ouro

PARTICIPAÇÃO % DAS COOPERATIVAS	RENDA MÉDIA (R\$)	MATÉRIA-PRIMA EXTRAÍDA
7%	De R\$ 3.000,01 a R\$ 5.000,00	Argila Ouro
4%	De R\$ 5.000,01 a R\$ 10.000,00	Argila e Areia
4%	De R\$ 10.000,01 a R\$ 20.000,00	Ouro
19%	Mais de R\$ 20.000,01	Cassiterita Calcário Esmeralda Ouro

Fonte: Diagnóstico do Ramo Mineral/Sistema OCB.

DESAFIOS IDENTIFICADOS PELAS COOPERATIVAS

A identificação dos desafios enfrentados pelas cooperativas de mineração é fundamental para o direcionamento da atuação do Sistema OCB. Do ponto de vista interno, com atenção especial do Sescoop em um foco de formação e monitoramento. Já os desafios externos compõem a pauta de atuação da OCB, enquanto entidade de representação, junto ao Poder Público e entidades parceiras.

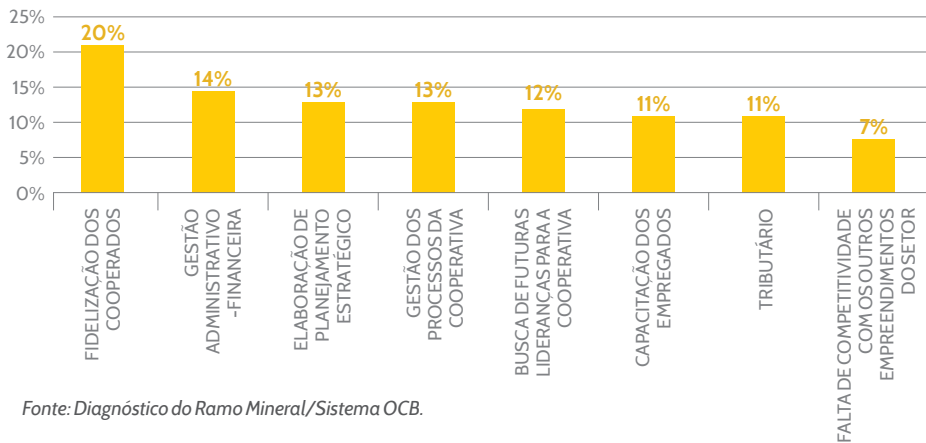
Neste bloco, solicitamos que as cooperativas indicassem até quatro desafios internos e três externos. Dentre os desafios internos, foram apresentadas as seguintes opções:

- 🔍 fidelização dos cooperados;
- 🔍 gestão administrativo-financeira;
- 🔍 capacitação dos empregados;
- 🔍 busca de futuras lideranças para a cooperativa;
- 🔍 gestão dos processos da cooperativa;
- 🔍 elaboração de planejamento estratégico; e
- 🔍 falta de competitividade em relação a outros modelos societários.

No que se refere aos desafios internos, os dados levantados indicam a necessidade de se planejar ações que visem ao desenvol-

vimento e à implementação de programas com o objetivo de fortalecer a gestão das cooperativas. O foco, nesse caso, será a fidelização do cooperado e o controle da gestão administrativo-financeira, apontados por 20% e 14% dos participantes como desafio prioritário. Vale ressaltar, nesse processo, o importante papel do Sescoop, instituição integrante do Sistema OCB responsável pela promoção de atividades voltadas ao desenvolvimento social e de gestão das sociedades cooperativas.

GRÁFICO 15. DESAFIOS INTERNOS DA COOPERATIVA (%).



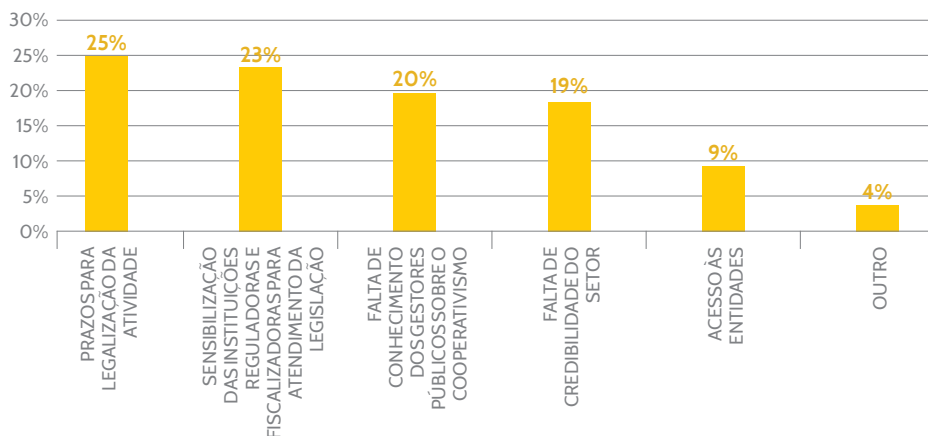
Fonte: Diagnóstico do Ramo Mineral/Sistema OCB.

Em relação aos desafios externos, foram apresentados os seguintes temas:

- 🔍 sensibilização das instituições reguladoras para atendimento da legislação;
- 🔍 acesso às entidades;
- 🔍 prazos para legalização da atividade;
- 🔍 falta de credibilidade do setor;
- 🔍 falta de conhecimento dos gestores públicos sobre o cooperativismo.

O prazo para a legalização da atividade junto aos órgãos públicos foi o que registrou maior número de indicações pelas cooperativas, totalizando 25%. Em segundo lugar, com 23% das respostas, encontra-se a sensibilização das instituições reguladoras e fiscalizadoras para o atendimento à legislação.

GRÁFICO 16. DESAFIOS EXTERNOS DA COOPERATIVA (%).



Fonte: Diagnóstico do Ramo Mineral/Sistema OCB.

Realmente, esses dois tópicos refletem na atuação das cooperativas, independente da sua atividade. O não conhecimento sobre o cooperativismo pelos responsáveis das instituições públicas dificulta o avanço e o crescimento do setor.

POLÍTICAS VOLTADAS AO COOPERATIVISMO DE MINERAÇÃO

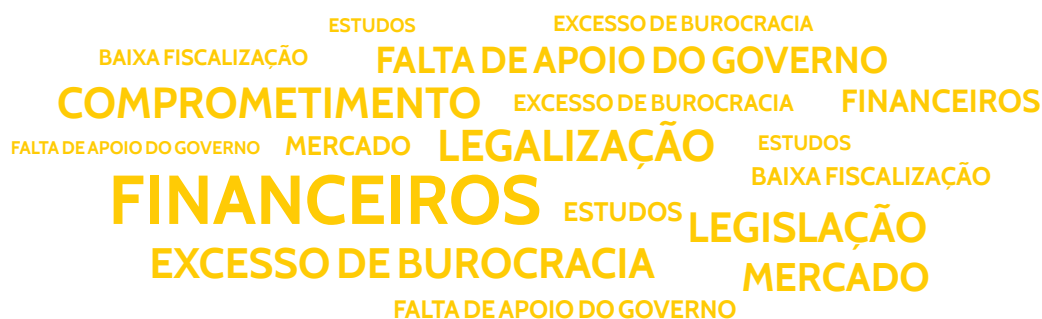
A formulação de políticas públicas é o processo pelo qual os governos democráticos traduzem seus propósitos e plataformas eleitorais em programas e ações, tendo em vista (em maior ou menor grau) as demandas sociais, a repercussão de temas na mídia e os interesses dos grupos econômicos e de entidades de representação, dentre outros.

Apesar de serem concebidas pelo Governo, as políticas públicas não necessariamente são definidas por uma diretriz de um Ministério. Elas também podem ser construídas com a participação da sociedade civil organizada e dos setores econômicos, em câmaras temáticas ou conselhos consultivos governamentais, como, também, a partir da tramitação de proposições no Congresso Nacional.

O Sistema OCB tem como objetivo defender os interesses das cooperativas, resguardando as decisões que afetam positivamente o setor, ou propondo alterações ou rejeições para as que afetam negativamente.

Nesse sentido, perguntamos às cooperativas quais as maiores dificuldades que elas enfrentam com a intenção de reafirmar os pleitos do setor. Dessa forma, será possível realizar uma atuação voltada para a promoção da atividade econômica, garantindo, assim, a sua credibilidade, o envolvimento da comunidade e a participação igualitária com foco nos princípios cooperativistas.

A seguir, apresentamos as prioridades do Ramo Mineral para o desenvolvimento de políticas públicas, e a sua participação em programas disponibilizados pelos setores públicos e privados, visando minimizar as dificuldades enfrentadas e à inserção das cooperativas.



Reafirmando as citações do bloco sobre os desafios internos e externos, verifica-se que as políticas prioritárias para o setor mineral são:

- 🔍 agilidade no processo de liberação da autorização, permissão e/ou concessão;
- 🔍 ampliação das linhas de crédito para as cooperativas;
- 🔍 capacitação dos profissionais;
- 🔍 leis que fomentem a criação e o desenvolvimento das cooperativas;
- 🔍 tributação adequada;
- 🔍 capacitação das lideranças nas áreas de gestão e governança, respectivamente.

GRÁFICO 17. PRIORIDADES DAS POLÍTICAS VOLTADAS AO COOPERATIVISMO DE MINERAÇÃO (%).



Diagnóstico do Ramo Mineral/Sistema OCB.

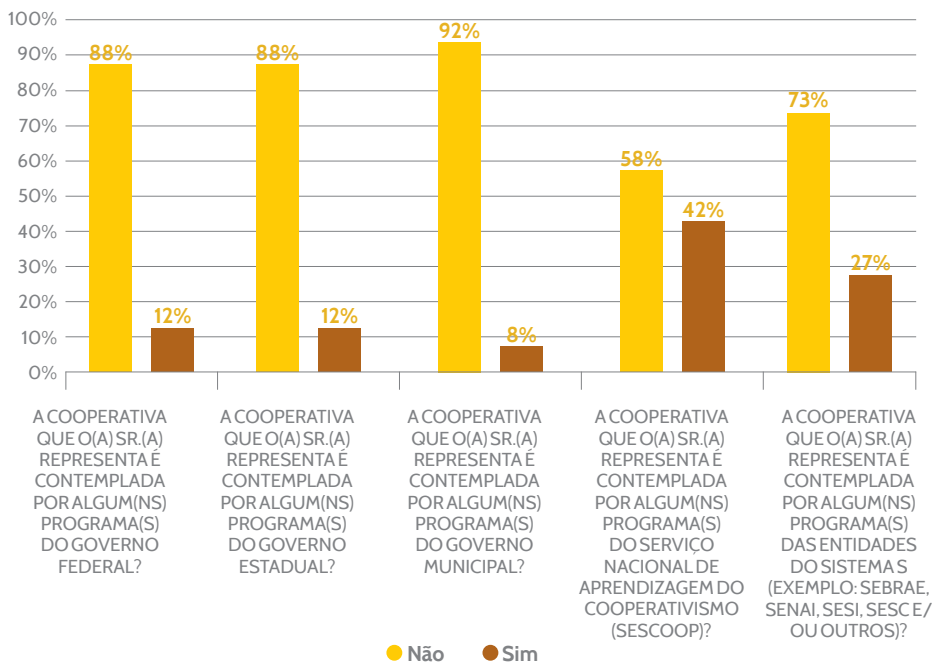
Ao compararmos as principais dificuldades, representadas na nuvem de ideias, com as prioridades elencadas, é possível perceber que em ambos os casos o tema financiamento apresenta-se como principal preocupação, seguido das dificuldades em relação à liberação de autorização, permissão e/ou concessão.

Além da atuação na construção de políticas públicas que fortaleçam as cooperativas minerais, identificar a forma de atuação do Sistema Cooperativista junto aos governos federal, estadual ou municipal e demais entidades do Sistema “S” possibilita-nos analisar a força do setor para o seu desenvolvimento e o acesso às ações conjuntas para alavancar os resultados.

Quando perguntamos se a cooperativa participa de alguma ação disponibilizada pelos governos federal, estadual ou municipal, observa-se que uma média de 89,8% dos participantes informaram não participar. Dessa forma, é possível concluir que há amplo espaço para fomentar projetos específicos para o setor, por meio dos programas dos governos, contribuindo, assim, para o seu desenvolvimento e crescimento.

Com o objetivo de conhecer as ferramentas utilizadas que promovem o aprendizado e capacitação dos cooperados e empregados das cooperativas, refletindo no tema educação, perguntamos se as cooperativas são contempladas por alguma ação do Sescop e/ou das demais entidades do Sistema S. Nos resultados, concluímos que aproximadamente 42% das cooperativas são contempladas por algum programa disponibilizado pelo Sescop, sendo a capacitação sobre cooperativismo a mais citada. Na sequência, temos os programas voltados para responsabilidade social e treinamentos diversos.

GRÁFICO 18. PARTICIPAÇÃO NOS PROGRAMAS DOS GOVERNOS FEDERAL, ESTADUAL E MUNICIPAL, SESCOOP E DEMAIS ENTIDADES DO SISTEMA S (%).



Fonte: Diagnóstico do Ramo Mineral/Sistema OCB.

FINANCIAMENTO

O acesso ao crédito é um importante instrumento para impulsionar o crescimento do setor econômico, seja para o investimento na estrutura do negócio, para a implementação de programas e projetos, na aquisição de equipamentos e máquinas ou até mesmo para aplicação no capital de giro.

O financiamento público ao setor econômico também possui um importante papel para o fortalecimento das políticas sociais do País, visto o seu impacto direto para a redução do desemprego e para o aprimoramento da qualificação profissional dos brasileiros. Ao trazer melhores condições de crédito, o governo incentiva o investimento dos empreendimentos na expansão de seus negócios, ampliando as oportunidades de emprego e as condições para a qualificação profissional dos brasileiros.

No caso do cooperativismo, o acesso ao crédito possui o mérito de permitir que os cooperados possam se fortalecer por meio da organização da produção, legalização de novas áreas, busca de tecnologia para extração, agregação de valor e até mesmo negociação da matéria-prima em nome dos cooperados.

Esse bloco visa apresentar o atual cenário quanto à aquisição de linhas de financiamento e os principais entraves encontrados para acessá-las.

70% das cooperativas não acessam as linhas de financiamentos

POR QUÊ?

Garantias

23% das cooperativas informaram que a exigência de garantias tem sido responsável pela impossibilidade de contratação de linhas de financiamento que poderiam alavancar os seus negócios. A não aceitação do título minerário inviabiliza a apresentação de garantias, considerando que a área é da União ou de proprietários, e não da cooperativa e/ou associado. Vale ressaltar que esta garantia é para linhas de créditos disponibilizadas para qualquer setor, não especificamente para o setor mineral, dessa forma não atendendo às necessidades dos cooperados.

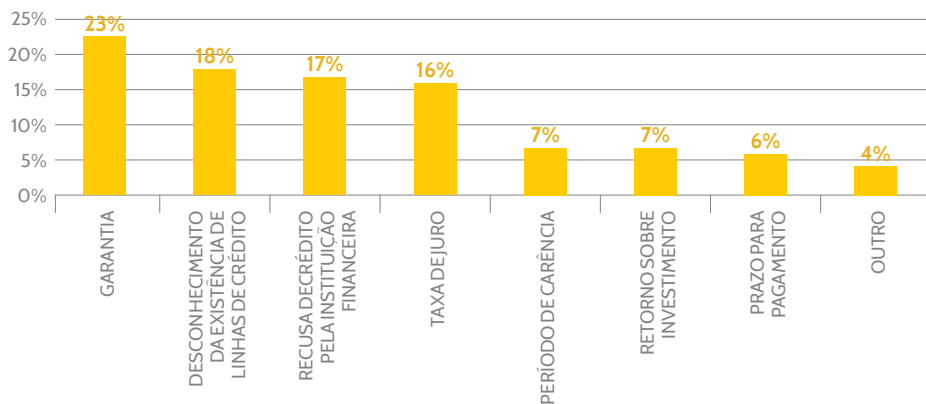
Inexistência de linhas de crédito

Atualmente, não existe linha de crédito específica para o desenvolvimento da atividade mineral. Essa realidade foi citada por 18% das cooperativas. Esse cenário reflete na impossibilidade de investimento pela cooperativa, considerando que a atividade mineral exige recursos elevados.

Taxas de Juros

Aproximadamente 16% dos participantes responderam que não acessam as linhas de crédito disponíveis devido às elevadas taxas de juros cobradas.

GRÁFICO 19. PRINCIPAIS ENTRAVES ENCONTRADOS PARA ACESSAR AS LINHAS DE FINANCIAMENTO (%).



Fonte: Diagnóstico do Ramo Mineral/Sistema OCB.

Vale ressaltar que dentre aquelas que conseguem acesso às linhas de financiamento, todas informaram contratar apenas as disponibilizadas pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), reforçando a importância do apoio governamental nesse setor. Apenas 9% das cooperativas informaram acessar linhas de crédito em bancos de varejo.

Assim, percebe-se que criar linhas de financiamento para as cooperativas de mineração, atendendo às suas reais necessidades de investimento, custeio e capital de giro para o setor, além de expandir a estrutura de atendimento dos bancos públicos, diminuindo a burocracia e exigências no acesso ao crédito é fundamental para alavancar o seu desenvolvimento. Esse é um modelo que tem experimentado bons resultados para os ramos Agropecuário e Crédito.

QUESTÕES TRIBUTÁRIAS

O tema tributação foi apontado como prioritário para o incentivo de políticas voltadas ao fomento do cooperativismo mineral e elencado como um dos principais gargalos do setor. Para conhecer melhor a atuação das cooperativas nesse tema, buscou-se saber quais são as estratégias por elas adotadas para mitigar as dificuldades encontradas.

Ao perguntar para a cooperativa se ela possui assessoria especializada no que se refere às questões tributárias, observa-se que 88% delas investem em profissionais deste setor, fortalecendo o monitoramento da legislação tributária, que constantemente está em debate. Por outro lado, 12% das cooperativas afirmaram não contratar assessoria tributária.

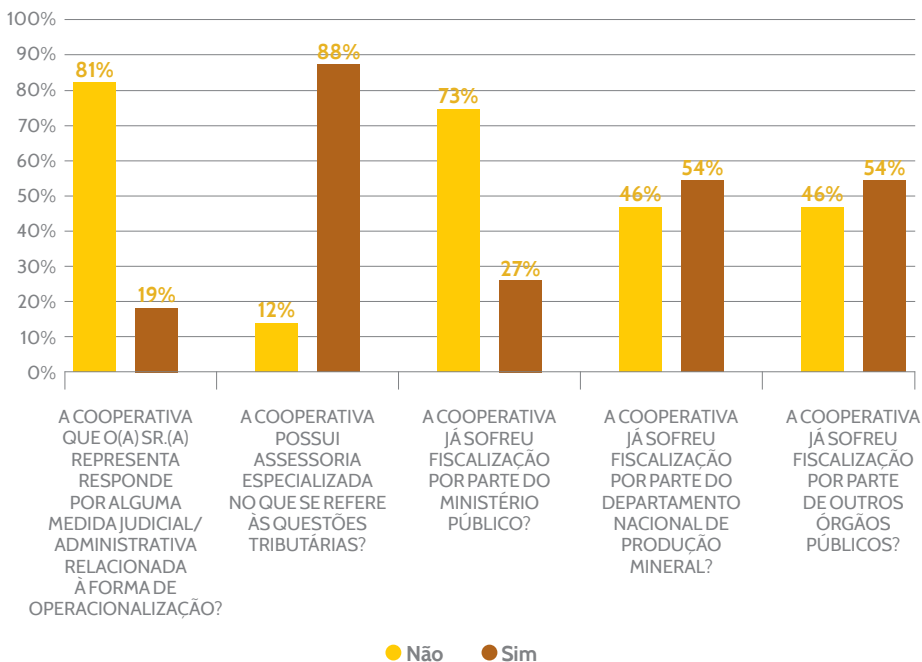
Cabe destacar que apesar de ser extremamente difícil acompanhar as mudanças na legislação, a não observância de tais modificações pode acarretar prejuízos financeiros, ações judiciais e embaraços junto aos órgãos federais, como, por exemplo, a emissão de certidões de regularidade fiscal ou previdenciárias emitidas pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (SRF) e/ou pelo Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), respectivamente.

No que tange aos litígios tributários, 81% das cooperativas afirmaram não ter sofrido nenhuma medida judicial ou administrativa sobre o ato cooperativo. É possível afirmar que o elevado índice de cooperativas que não respondem por medida judicial ou administrativa encontra correlação com a contratação de assessoria especializada para tratar das questões tributárias, o que pode ter contribuído para mitigar potenciais riscos de ações judiciais.

Por outro lado, 54% das cooperativas afirmaram já ter sofrido fiscalização por parte do Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM), a qual consideramos de extrema importância para manutenção da atividade de forma regular.

Já com relação à fiscalização por parte do Ministério Público (MP), 73% das cooperativas responderam que não sofreram fiscalização do referido órgão.

GRÁFICO 20. INFORMAÇÕES REFERENTES À TRIBUTAÇÃO E FISCALIZAÇÃO (%).



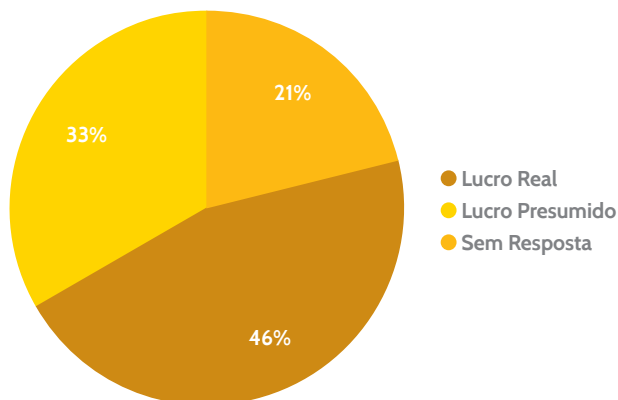
Fonte: Diagnóstico do Ramo Mineral/Sistema OCB.

Quando perguntamos sobre o regime tributário para apuração do Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ), verificamos que 46% das cooperativas informaram que optam pelo lucro real e 33% pelo lucro presumido.

Cabe esclarecer que o lucro real permite um maior controle dos ingressos e dispêndios, receitas e despesas, bem como a segregação dos atos cooperativos dos atos não cooperativos realizados pela cooperativa. Isso reflete em maior transparência em prol dos usuários da informação contábil e numa melhor gestão dos órgãos de administração.

Já no lucro presumido essa segregação dos atos cooperativos de atos não cooperativos nem sempre é realizada, uma vez que nesse regime tributário não há a necessidade de se encontrar o lucro real para apuração do Imposto de Renda.

GRÁFICO 21. REGIME TRIBUTÁRIO ADOTADO PELAS COOPERATIVAS (%).



Fonte: Diagnóstico do Ramo Mineral/Sistema OCB.

SUSTENTABILIDADE

Sustentabilidade é um dos temas mais tratados na atualidade. O setor mineral não poderia ficar fora dessa discussão e, com isso, de forma gradual, tem buscado a conscientização dos seus cooperados sobre a importância da atuação voltada para o social, econômico e ambiental, os três pilares que embasam este tema.

A atividade mineral é uma das que, mesmo indiretamente, promove a sustentabilidade por meio dos princípios cooperativos. O Sistema OCB tem sensibilizado as Unidades Estaduais e cooperativas sobre a importância da profissionalização da gestão com foco na agregação de valor da matéria-prima e o envolvimento da comunidade em que está inserida.

A legislação mineral, para o seu desenvolvimento de forma legal, já define exigências mínimas para a sua exploração. Dentre elas, podemos citar:

- o pagamento de contribuição para compensação da extração mineral, da qual é direcionada um percentual para o município onde a mina está localizada;

- o desenvolvimento de estudos e pesquisas que assegurem a viabilidade da atividade; e

- a recuperação ambiental.

Podemos afirmar que a comunidade em que existe a mina passa a ser parte dessa atividade, considerando a geração de uma economia local e a oferta de empregos no setor.

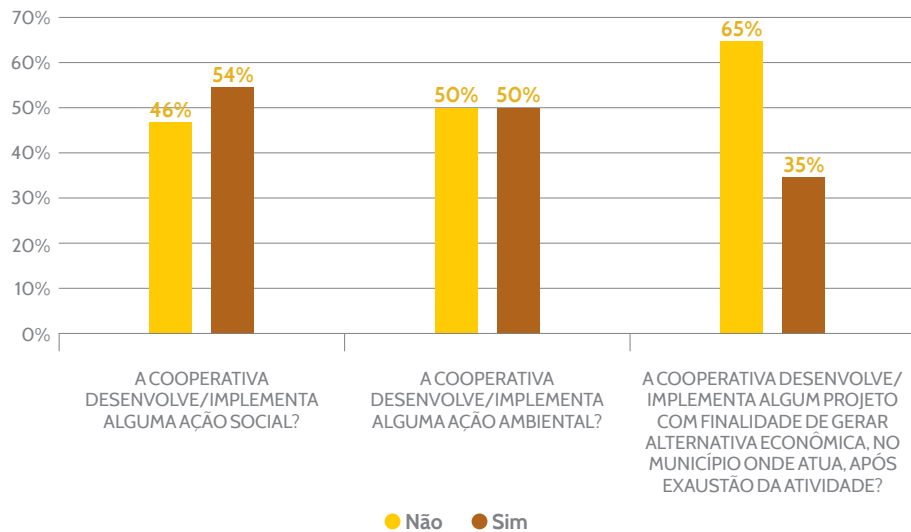
Com a intenção de conhecer a forma com que as cooperativas de mineração têm trabalhado para promover o desenvolvimento da atividade de maneira sustentável, perguntamos para as cooperativas se elas implementam alguma ação social, ambiental e/ou se têm projetos com a finalidade de gerar alternativas econômicas em longo prazo, após a exaustão da mina.

Com relação ao desenvolvimento/implementação de ações sociais, 54% das cooperativas informaram apoiar, promover e/ou participar de atividades com essa finalidade, sendo elas: o apoio a projetos diversos focados nos distritos e/ou municípios, campanhas para arrecadação de alimentos e brinquedos, defesa ao meio ambiente e o Dia de Cooperar (Dia C), projeto desenvolvido pelas cooperativas com o apoio do SESCOOP.

Já em relação às ações voltadas para o meio ambiente, 50% informaram realizar projetos com foco na educação ambiental em escolas, distribuição de folhetos educativos sobre o meio ambiente, realização de palestras, recuperação de áreas degradadas, plantio de árvores/reflorestamento e monitoramento das emissões atmosféricas com base no controle dos resíduos sólidos.

Quando perguntamos sobre o desenvolvimento de projetos que visam à manutenção da atividade econômica no município após a exaustão da área, apenas 35% das cooperativas participantes afirmaram ter esse foco. Estas informaram que planejam a recuperação da área pensando em sua economia local, já que a mineração também colabora para a formação da comunidade. As atividades já planejadas são voltadas para o desenvolvimento agrícola e pecuário, recuperação por meio da piscicultura, fruticultura, reflorestamento e turismo, dentre outras.

GRÁFICO 22. AÇÕES DE SUSTENTABILIDADE DESENVOLVIDAS PELAS COOPERATIVAS (%).



Fonte: Diagnóstico do Ramo Mineral/Sistema OCB.

CONCLUSÃO



8

CONCLUSÃO

As cooperativas do Ramo Mineral agora têm a oportunidade de se conhecerem e analisarem as suas dificuldades, desafios, e abrangência de forma agregada.

Esse é apenas o início de um trabalho muito maior que envolve a construção de estratégias e a busca de soluções para o enfrentamento das dificuldades, o reconhecimento dos pontos fortes para preservá-los e aprimorá-los e a busca constante de melhores condições de atuação.

A fidelização dos cooperados e a melhoria da gestão das cooperativas são os principais desafios encontrados pelo setor e devem ser tratadas de forma estratégica, com o apoio fundamental do SESCOOP.

Os prazos para a legalização das áreas e a sensibilização dos órgãos reguladores sobre a importância do cooperativismo para o desenvolvimento da atividade mineral também foram amplamente mencionados, e serão incluídos na pauta estratégica do Sistema OCB perante o Governo Federal.

Além disso, será fundamental um amplo trabalho junto às instituições financeiras públicas e privadas para ampliar e adequar as linhas de financiamento às cooperativas minerais, atendendo às suas reais necessidades. A intenção é, ainda, expandir a estrutura de atendimento dos bancos públicos, diminuindo a burocracia e exigências no acesso ao crédito.

No que se refere aos desafios internos, ações voltadas para a organização da produção com foco em Arranjos Produtivos Locais (APLs) também devem ser incentivadas. Dessa forma, é possível garantir o envolvimento da comunidade e desenvolver a cadeia produtiva da mineração, por meio da agregação de valor, fortalecendo, também, o 7º princípio do cooperativismo, que trata do interesse pela comunidade.

Conscientizar as cooperativas e cooperados sobre a importância de planejar e investir na recuperação da área minerada desde o início da extração é outro ponto que deve ser fortalecido. A sua atuação visando à segurança na atividade e normas de proteção que garantam a qualidade de vida do cooperado também deve ser trabalhada internamente pelas cooperativas.

As cooperativas do Ramo Mineral são a base para a geração de renda de milhares de pessoas que trabalham neste setor. Por isso, não podemos permitir que o cenário continue esquecido pelos governantes.

Este estudo será apresentado aos representantes dos governos federal, estadual e municipal com o objetivo de sensibilizá-los sobre a importância das cooperativas para a organização da atividade na pequena mineração.

Chegou o momento de o Ramo Mineral assumir o seu papel e intensificar as ações em prol dos cooperados de forma profissionalizada, garantindo a participação de todos, por meio da organização da atividade, e passando a ser referência para os demais setores.



SAUS (Setor de Autarquias Sul) Quadra 4, Bloco I
CEP: 70070-936 - Brasília, DF
Telefone: + 55 (61) 3217-2119

www.ocb.coop.br